



**AGILIDADE** Patricia Saboya pretende agilizar atividades da comissão de inquérito

## Exploração sexual infantil na mira da CPI

Comissão pode criar grupos de trabalho de parlamentares, divididos pelas regiões do país, para acelerar os trabalhos de investigação. A proposta é da presidente da CPI, Patricia Saboya.

Página 3

## Construção civil quer ajudar na alfabetização

Projeto de Paulo Octávio que incentiva a alfabetização no canteiro de obras deve ser examinado pela Comissão de Educação. Eurípedes Camargo apresentou parecer favorável.

Página 2

## Restrições à propaganda de bebidas

A propaganda de bebidas alcoólicas poderá passar a conter frases que recomendem o consumo responsável. Projeto nesse sentido está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

Página 2

# CPI do Banestado decide amanhã se convoca Maluf

Ex-prefeito da capital paulista pode ser convocado a depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado. Paulo Maluf é investigado em processos como responsável pela evasão de divisas



**AGENDA** Senadores e deputados que compõem a CPI definem calendário amanhã e analisam pedidos de convocação

**A** CPI do Banestado se reúne amanhã para votar o calendário dos trabalhos do mês de agosto, que será apresentado pelo relator, deputado federal José Mentor. Os parlamentares examinarão requerimentos da senadora Serys Slhessarenko para que sejam convocados a

depor o ex-prefeito Paulo Maluf e Nicéa Camargo, ex-esposa de Celso Pitta, ex-prefeito de São Paulo. Nicéa acusou, em entrevistas à imprensa, Maluf e o ex-marido de desviarem recursos da prefeitura. A CPI, presidida pelo senador Antero Paes de Barros, examina tam-

bém requerimentos de convocação de pessoas que, segundo afirmou o procurador Luiz Francisco de Souza em depoimento à comissão, teriam informações a prestar sobre esquemas de lavagem de dinheiro e remessa de divisas por meio de contas CC-5.

Página 3

## Interurbano no mesmo município pode acabar

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura analisará amanhã projeto que acaba com a cobrança de interurbanos ou tarifas telefônicas mais caras dentro de um mesmo município ou região metropolitana.

Página 2



**ENERGIA** Proibição de cobrar taxa mínima será analisada pela CI

## Propaganda de bebidas pode sofrer restrições

A embalagem, o rótulo e a propaganda de bebidas alcoólicas poderão passar a conter mensagens e frases que recomendem o seu consumo moderado e responsável. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá analisar na próxima quinta-feira, às 10h, substitutivo do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que relaciona restrições para a propaganda de bebidas, graduadas de acordo com o teor de álcool.

Antero aperfeiçoou o projeto original, o PLC nº 35 de 2000, do então deputado federal Airtton Dipp. Entre as modificações na legislação atual estão a proibição da publicidade de bebidas alcoólicas dirigidas às crianças e aos adolescentes ou que associe de maneira positiva essas bebidas à condução de veículos automotores.

Também está na pauta da CAS o parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA) favorável à proposição de iniciativa do Executivo (PLC nº 39) que concede pensão especial aos pais do soldado Mário Kozel Filho, morto em junho de 1968 após a explosão de um carro-bomba no portão do quartel onde estava de sentinela.



Waldemar Rodrigues

**ADVERTÊNCIA** Antero pretende esclarecer população sobre riscos do consumo excessivo

# Projeto reduz a tarifa de ligação telefônica

■ Chamada dentro de uma mesma região metropolitana seria cobrada como local, segundo a proposta

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado analisará amanhã à tarde projeto de lei que tenta colocar fim a uma reclamação antiga dos usuários de telefones: a cobrança de interurbanos ou tarifas mais elevadas dentro de um mesmo município ou região metropolitana. Se aprova-



José Luiz

**RELATOR** João Batista Motta acha situação vivida pelos usuários um "absurdo"

do o projeto (PLS nº 168/2002), será local toda ligação feita dentro de um mesmo municí-

pio ou região metropolitana; ou seja, a tarifa será a mais baixa.

Favorável à aprovação, o relator, senador João Batista Motta (PPS-ES), considera absurdo um morador de distrito ou vila pagar tarifa mais cara quando quer telefonar para a sede do município.

Na mesma reunião, a Comissão de Infra-Estrutura vai se debruçar sobre outro assunto importante para os consumidores: a cobrança, ou não, da chamada taxa mínima de energia elétrica, proibida pelo projeto (PLS nº 169/2001) do senador Osmar Dias (PDT-PR).



Gálio Azeredo

**LIGAÇÃO** Paulo Octávio quer integrar as empresas na luta contra o analfabetismo

## Estímulo à alfabetização na pauta da CE

A indústria da construção civil pode se tornar parceira do poder público no processo de alfabetização de jovens e adultos. Essa é a intenção do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que apresentou projeto (PLS nº 174/2003) criando o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace). A matéria recebeu parecer favorável, com duas emendas, do senador Eurípedes Camargo (PT-DF) e está na pauta da Comissão de Educação (CE), que se reúne amanhã, às 11h30.

Uma das alterações sugeridas pelo relator exige que o alfabetizador, que dará aulas aos trabalhadores no próprio canteiro de obras, seja devidamente capacitado para a função. A outra assegura apenas às empresas avaliadas positivamente no Pace preferência na obtenção de recursos de programas executados por instituições federais de crédito e do selo "Empresa Construtora da Cidadania", a ser concedido pelo governo federal.

Ainda na área educacional, a comissão irá deliberar sobre o projeto (PLS nº 004/2003) que obriga a inclusão da língua espanhola nos currículos do ensino fundamental e médio. A proposta partiu do senador Romero Jucá (PMDB-RR), motivado pelos termos do protocolo de intenções para o setor educacional do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que prevê a difusão do aprendizado do espanhol e do português nas redes de ensino dos países integrantes do Mercosul.

A CE examina ainda projeto (PLS nº 206/2003) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que institui 2004 como o Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira e projeto de lei da Câmara (PLC nº 043/2003) que declara 2004 como o Ano da Mulher.

## Agenda



### Plenário vota matérias amanhã

A sessão de hoje, às 14h30, é dedicada a comunicados da Mesa e pronunciamentos de parlamentares. Amanhã, no mesmo horário, o Plenário vai analisar, entre outras matérias, projeto de lei que trata do

serviço de TV a cabo, com o objetivo de disponibilizar um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior em locais de área de prestação de serviço.

### Indicado para Adene será sabatinado amanhã

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), reúne-se amanhã, às 10h, para votar mensagem do Executivo, de nº 146/03, que encaminha a programação monetária relativa ao terceiro

trimestre deste ano. Em votação secreta, o colegiado também deve votar a indicação de José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos para exercer o cargo de diretor-geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

### Comissão discute audiência com Olívio Dutra

Presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vai se reunir amanhã, às 14h, para votar, entre outros itens, requerimento solicitando

de audiência pública com o ministro das Cidades, Olívio Dutra (foto), para discutir as políticas nacionais de investimentos em saneamento básico.



Elza Fúzi/ABR

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Orçamento discute contas do governo federal de 2001

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se amanhã para deliberar sobre 13 itens, entre eles o relatório sobre as contas do governo federal referentes ao exercício de 2001, penúltimo ano da gestão Fernando Henrique Cardoso.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou voto favorável à aprovação das contas enviadas pelo presidente da República, pelos presidentes dos órgãos do Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal), do Poder Judiciário e pelo chefe do Ministério Público.

A comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), vota também abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3,62 bilhões para diversas empresas estatais (PL 06/2003-CN), entre elas, Eletrobrás, Eletronorte, Eletrosul, Chesf, Furnas, Petrobras e Correios.



Célio Azevedo

**VERBAS** Comissão presidida por Mestrinho avalia pedido de crédito para empresas estatais

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) apresentou votos favoráveis à autorização da execução de obras de duplicação e restauração de trechos da rodovia BR-101, no estado de Santa Catarina, próximos à divisa com o Rio Grande do Sul. Os votos do parlamentar baseiam-se em acordos enviados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

## Programação monetária do 3º trimestre será examinada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará amanhã, às 10h, mensagem do presidente da República (MSF 146/2003) com a programação monetária do governo para o terceiro trimestre deste ano. O documento destaca que a política econômica "vem obtendo sucesso no combate à inflação e a balança comercial apresentou números positivos poucas vezes alcançados pelo país".

No entanto, a mensagem informa que os investimentos estrangeiros no Brasil despenaram da faixa de US\$ 30 bilhões ao ano para menos de US\$ 3,3 bilhões nos primeiros cinco meses de 2003, valores só inferiores aos meses seguintes à "quebra" externa do Brasil, no início dos anos 80.

Por lei, o governo deve sub-

meter ao Senado sua programação monetária para cada trimestre. O relator da mensagem, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), recomenda aprovação da política monetária para julho, agosto e setembro.

### Adene

Na mesma reunião, será sabinado o futuro presidente da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), José Zenóbio Teixeira. A Adene substituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), extinta pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso depois que se descobriram fraudes em projetos financiados. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, decidiu recriar a Sudene, o que deverá ocorrer nos próximos meses.

# CPI do Banestado pode convocar Paulo Maluf

■ Requerimentos de Serys Slhessarenko devem ser votados pela comissão na reunião de amanhã

Paulo Maluf, ex-prefeito da capital paulista, pode ser convocado a depor na CPI Mista do Banestado. Maluf vem sendo investigado em processos como responsável pela evasão de divisas e recentemente teve que prestar esclarecimentos à Justiça francesa sobre a origem de recursos depositados em um banco em Paris.

Também poderá ser chamada a depor Nicéa Camargo, que foi casada com o ex-prefeito de



José Cruz

**DENÚNCIAS** Serys também quer ouvir Nicéa Camargo, que fez acusações contra Maluf e Pitta

São Paulo Celso Pitta. Ela acusou, em entrevistas à imprensa, o ex-marido e Maluf de desviarem recursos da prefeitura

## Plenário vota amanhã projeto que cria canal universitário nas TVs a cabo

Na pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã, está o projeto de lei da Câmara (PLC 108/01) que torna disponível, nos sistemas de televisão a cabo, um canal universitário para uso compartilhado das instituições de ensino superior. De autoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), o projeto teve texto substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Educação, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Na ordem do dia de amanhã estão, em terceiro dia de discussão em primeiro turno, duas propostas de emenda à Constituição (PEC 34/99 e PEC 21/03). A primeira, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento. A matéria teve texto substitutivo aprovado



Jairo de Araújo

**TV A CABO** Sérgio Cabral apresentou substitutivo para o projeto oriundo da Câmara

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentado pelo então senador Roberto Requião (atualmente governador do Paraná).

A outra PEC, de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), delega ao Executivo o poder de autorizar o funcionamento de emissoras de radiodifusão co-

munitária, sem a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional. A proposta teve parecer favorável da CCJ, onde foi relatada pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

Desde 1998, quando foi aprovada a lei que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária, o Poder Legislativo recebeu cerca de 4 mil processos para análise. Atualmente, todos esses projetos de decreto legislativo têm que passar pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informação da Câmara e pela Comissão de Educação do Senado, antes de seguirem para o Plenário.

As PECs têm de passar por cinco sessões de discussão antes de ser votadas em primeiro turno, mais três sessões em segundo turno, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.



## CPI da Exploração Sexual deve ter grupos para acelerar trabalho

A CPI de Combate à Exploração Sexual Infantil pode criar grupos de trabalho de parlamentares, divididos pelas regiões do país, para acelerar as atividades de investigação. Essa é a proposta da presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (foto), do PPS cearense, que será analisada na quarta-feira, às 10h, em reunião fechada. No encontro, os congressistas deverão de-

finir o calendário de atividades no mês de agosto, além de votar diversos requerimentos.

A comissão de inquérito trabalhou durante a convocação extraordinária de julho, realizando quatro audiências públicas. Foram ouvidos, no último dia 23, os integrantes do Ministério Público do Rio de Janeiro João Magno Reis Vidal, Hedel Nara Júnior e Márcio Almeida, e o

delegado da Polícia Federal Marcelo Bertolucci. Durante a reunião, foi denunciada a exploração, na Zona Oeste do Rio, de crianças que fariam programas sexuais por R\$ 1,99.

A CPI também ouviu a promotora pública do Maranhão, Lítia Cavalcanti, e os coordenadores da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Pestraf). Por dois anos, cerca de 130 pessoas le-

vantaram informações sobre rotas de tráfico sexual em 19 estados e no Distrito Federal, identificando 241 rotas no Brasil, das quais 131 tendo como destino outros países. Rosário da Costa Ferreira, responsável pela pesquisa na Região Nordeste, sugeriu a criação de serviço de inteligência específico para investigar as ocorrências e integrar os trabalhos das várias polícias.

## Arthur Virgílio vê “postura permissiva” do governo

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), responsabilizou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o seu governo pela “postura permissiva” em relação à radicalização dos movimentos sociais. Fazendo coro com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, Arthur Virgílio disse que essa postura já está

afetando o crescimento econômico e prejudicando o país.

– O Brasil vive sob preocupante tensão no campo e, agora, também na periferia das grandes cidades. A paz, necessária ao crescimento da economia, está ameaçada por um movimento que não surgiu por obra do acaso – ressaltou. Ele afirmou que, como oposição responsável, o

PSDB vem advertindo o governo para essa situação prejudicial ao país, mas que “nem Lula nem o PT se abalaram”. Só agora, continuou, parecem despertar para a gravidade do momento.

O senador pelo Amazonas chamou a atenção para o tom de preocupação da última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econô-

mico e Social, quando o presidente da República tentou tranquilizar os empresários transmitindo, por intermédio de Tarso Genro, secretário especial do conselho, a mensagem de que os abusos dos movimentos sociais serão contidos.

O líder do PSDB transcreveu notícia do jornal *O Estado de S. Paulo* com essas informações.



**PREOCUPAÇÃO** Tensão no campo e na cidade prejudica o país, alerta Arthur Virgílio



## Paim destaca sugestões para retomar crescimento

■ Propostas foram dirigidas ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme senador

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), afirmou em Plenário, na sexta-feira, que está satisfeito com as sugestões apresentadas por empresários e sindicalistas ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Para ele, a iniciativa demonstra boa vontade dos integrantes do órgão – que tem função de aconselhamento do presidente da República – em buscar soluções para ajudar o Brasil a retomar seu crescimento.

– Ficamos entusiasmados com a volta dos debates. Temos muita esperança no encaminhamento que está sendo dado pelo governo para a retomada do crescimento econômico, de



**EMENDA** Paim também defendeu a eliminação do recesso parlamentar de julho

forma sustentada e duradoura, para que o Brasil possa se reencontrar com o emprego e com a paz social que merece – disse o senador.

Sobre as propostas dos trabalhadores, Paim destacou a sugestão de utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia para empréstimo ao trabalhador, que seria pago em 24 parcelas.

Outra modalidade de empréstimo, constante das propostas, seria aquela concedida a aposentados no valor de até 100% do benefício.

### Fim do recesso

Mesmo considerando positivo o trabalho realizado durante a convocação extraordinária do Congresso, Paim voltou a defender proposta de sua autoria que elimina o recesso parlamentar de julho. O senador também defende a eliminação do recesso de janeiro, mas apresentou inicialmente a emenda referente a julho para facilitar a tramitação.

– Acho que há clima para passar, porque o governo do presidente Lula, que tem maioria na Câmara e no Senado, é simpático a essa proposta – observou.

O vice-presidente do Senado saudou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que presidiu a sessão de sexta-feira, por seu retorno à Casa.

## Jucá defende apoio à indústria química do país

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou, em discurso, propostas da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) para a recuperação e o desenvolvimento desse segmento econômico, como a não-tributação dos produtos exportados com impostos de caráter interno ao Brasil e a intensificação dos investimentos em refino e no aumento da produção de nafta.

Jucá afirmou que o Brasil destaca-se na indústria química, “mas não sem sofrer as consequências por estar entrando em território de forte concorrência, e de fortíssima rivalidade e competição”. O senador lembrou que o setor é altamente sensível às flutuações cambiais e disse que a permanente oscilação do real em relação às moedas de referência no comércio internacional (dólar e euro) faz com que, mesmo com expressivos aumentos de renda em reais, o comércio exterior brasileiro da indústria química tenha dificuldades em realizar ganhos efetivos.

Para Romero Jucá, “se os segmentos produtivos se organizarem, teremos as condições para chegar ao patamar do Primeiro Mundo”.



**CONCORRÊNCIA** Brasil está entrando em mercado de forte competição, afirma Jucá

## Mozarildo se diz surpreso com posição do MST

Ao expressar mais uma vez seu apoio à liberação da comercialização de produtos transgênicos no Brasil, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse ter ficado surpreso com declarações veiculadas pela imprensa, atribuídas a dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), segundo as quais o MST teria revisto sua posição contrária à venda de soja geneticamente modificada no país.

– Minha reação só podia ser de espanto. Há bem pouco tempo, segundo a cartilha do ativista francês José Bové, os mesmos dirigentes juravam que se tratava de mais um maquiavelismo do capitalismo expropriador. Não se pode deixar de reparar a contradição vexatória a que se sujeita o MST, pois lembramos aqueles atos extremos de vandalismo impetrados contra plantações de soja transgênica no Rio Grande do Sul – observou.

Para o senador, documento da Organização Mundial da Saúde, considerando que produtos geneticamente modificados não trazem risco à saúde humana, sinaliza que as controvérsias sobre os transgênicos caminham para seu final.

## Lúcia Vânia critica demora em programa

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o programa Primeiro Emprego, que está com cronograma de tramitação atrasado na Câmara, é “uma boa idéia, encaminhada de forma equivocada”. Ela pediu a transcrição de matéria do jornal *Correio Braziliense* da última quinta-feira, que, na sua avaliação, confirma seus temores.

A reportagem registra como está a tramitação do projeto, cujo relator da comissão especial, criada para avaliar o programa, nem sequer foi indicado, embora o nome mais cotado continue sendo o do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Além disso, aponta alguns dos problemas que vêm sendo ob-



**RISCO** Atraso na tramitação pode comprometer Primeiro Emprego, teme Lúcia Vânia

servados na negociação do texto enviado pelo Executivo.

Conforme as informações levantadas na matéria do jornal citado, o projeto de lei só deve ser votado no Plenário da Câ-

mara no final de agosto. De acordo com a matéria, existe o temor de que o programa, voltado para a geração de 250 mil empregos para jovens carentes ainda neste semestre, não saia do papel neste ano.

### Anápolis

Lúcia Vânia também destacou a situação em que se encontra a população da cidade goiana de Anápolis, depois que a companhia energética de Goiás resolveu cortar o fornecimento de energia aos prédios da administração municipal. A senadora chamou a atenção para o problema da cidade, que corre o risco de comemorar seus 96 anos de existência sem iluminação pública.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelo senador Maguito Vilela